

RESENHA DESCRITIVA - A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL CAPÍTULO VII DO LIVRO “O PROCESSO CIVILIZATÓ- RIO”

DESCRIPTIVE REVIEW - THE INDUSTRIAL REVOLUTION CHAPTER VII OF THE BOOK “THE CIVILIZATION PROCESS”

Bárbara Pereira Belem¹

Claudio José Alves Viana²

Emília de Melo Silva³

Jayra Thomohe de Carvalho Lima Shimokawa⁴

Raquel Pereira dos Santos⁵

Mariany Almeida Montino⁶

Introdução

Darcy Ribeiro, sociólogo, antropólogo, escritor brasileiro, buscava entender como surgiu a sociedade, como foi o seu início, todos os processos que passou até se tornar o que é hoje. Ele intitulou esta evolução como “O processo civilizatório”, obra originalmente publicada em 1968. O livro desenvolve, em sua ideia central, as etapas da evolução das sociedades baseando-se em pensamentos de pesquisadores como Lewis Morgan, Karl Marx e Friedrich Engels. No capítulo que aqui vamos tratar, Darcy Ribeiro aborda o contexto da revolução industrial fazendo uma análise desde o surgimento, ocasionado pelo acúmulo de diversas invenções que possibilitaram maior produtividade do trabalho humano, até sua expansão, bem como, de que forma esse processo foi polarizado inicialmente. Todos os processos foram de grande importância com grandes destaques de criação e comportamentos, mas, o que mais teve destaque foi a Revolução Industrial, que irá ser descrito no decorrer desta resenha.

A Revolução Industrial iniciou-se no século XVIII, surgindo no corpo das formações capitalistas mercantis, pelo acúmulo de bens e a criação de máquinas para a produção. Semelhante à Revolução Agrícola, no desencadear de grande expansão demográfica, não se compara com nenhum outro processo já passado. Seu processo afetou toda a sociedade, mudando a estratificação social e a divisão de poder nas cidades. Segundo o autor:

1 Graduanda do curso de Serviço Social - Unitins. E-mail: babibelem2002@gmail.com

2 Graduando do curso de Serviço Social - Unitins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6258877349807631>. E-mail: claudiojaviana@gmail.com

3 Graduanda do curso de Serviço Social - Unitins. E-mail: melomilly48@gmail.com

4 Graduanda do curso de Serviço Social - Unitins. E-mail: jayrathomohe@icloud.com

5 Graduanda do curso de Serviço Social - Unitins. E-mail: raquelzinhayna2007@hotmail.com

6 Professora Doutora da Universidade Estadual do Tocantins - Unitins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3117524559575296>. E-mail: mariany.am@unitins.br

[...] o efeito crucial da nova revolução tecnológica consentiria, porém, no lançamento das primeiras bases de uma futura civilização humana, afinal unificada, pelo acesso de todos os povos à mesma tecnologia básica, pela sua incorporação às mesmas formas de ordenação da vida social e pela sua integração aos mesmos corpos de valores (p. 148).

Essa nova tecnologia, entretanto, não surge de forma democrática e equânime para o desenvolvimento de todos os povos, mas como reestruturação social, assim aqueles que eram ricos, possuíam tecnologia e domínio em grandes complexos de nações, e os outros que se tornariam subordinados e trabalhadores das fábricas ou produtores de matéria-prima. Estruturava-se como um sistema econômico universal que atingiria todos os povos do mundo. Aqueles que em processos civilizatórios passados conseguiram escapar da dependência da Revolução Mercantil, foram atingidos também pela Revolução Industrial, sendo obrigados a estruturar-se na nova ordem econômica e social, passavam a ser provedores da agricultura e da matéria-prima como o minério, que acelerava a produção industrial daqueles que ora conhecemos como países desenvolvidos.

A produção foi implantada, inicialmente, nas áreas que não eram oligárquicas, como Inglaterra e Estados Unidos, de forma mais lenta na França e Alemanha e quase nula no resto da Europa. Na Rússia e na Península Ibérica foi monopolizada pela estrutura oligárquica da sua ordenação social. Antigos mercadores e empresariados que exploravam a população de diferentes formas para acumular bens, tiveram a oportunidade, com a Revolução Industrial, de se dedicar a novos setores de trabalho que davam maior lucro, além de gerar trabalho remunerado. “Com a nova tecnologia torna-se possível e vantajosa a conversão de toda mão-de-obra, inclusive a escrava, em força de trabalho assalariado” (p. 150).

Para aumentar a produção nas empresas foram recrutados antigos artesãos para trabalhar como operadores de engenho mecânico. As máquinas eram alimentadas primeiro com o uso do carvão, transformando vapor em energia mecânica, o que possibilitou, inclusive, meios de transporte mais rápidos; depois com o surgimento de motores elétricos, movidos por energia hidráulica; e mais tarde, logo depois da Primeira Guerra Mundial, pela utilização de motores movidos a combustíveis fósseis.

As novas tecnologias ajudaram também os processos produtivos agrícolas e pastoris, com melhor produção do alimento e transporte mais eficaz, melhoria no trato da terra e das sementes, aumentando, assim, maior variedade de alimentos, melhorando a alimentação humana. Darcy Ribeiro usou o termo “Países Desenvolvidos” para denominar os primeiros países a adquirir os mecanismos da Revolução Industrial.

[...] Surgem, desse modo, os primeiros países “desenvolvidos” como economia capitalistas-industriais, cujo objetivo supremo e cuja condição de existência passam a ser a expansão constante de sua riqueza e poder, através da elevação da produtividade do trabalho, da maximização dos lucros e do domínio de mercados de escala mundial (p. 152).

A característica principal, daí em diante, para as grandes empresas seria a compulsão por lucro para alimentar permanentemente o próprio sistema e a contínua exploração dos países que permaneceriam no subdesenvolvimento.

Imperialismo Industrial e Neocolonialismo

O primeiro processo civilizatório que se desdobrava na Revolução Industrial, impunha alterações gigantescas nas sociedades humanas, e integrava a todas em um sistema interativo, configurando uma nova formação sociocultural, partida em dois contrapostos complexos e complementares: o superior, nações capitalistas-mercantis evoluíram a condição de centro de dominação imperialista industrial; o inferior, movimentos de atualização históricas provocam a redistribuição de áreas coloniais e o surgimento de uma nova dependência: o neocolonialismo.

Ao longo deste processo civilizatório algumas das formas mais totalitárias de dominação colonial são superadas, a escravidão, por exemplo, que permaneceu até que os vínculos econômicos se aprofun-

dassem em caráter subalterno. A exploração dos recursos que usufruem lhes assegura vantagens dos sistemas evoluídos no intercâmbio comercial com as áreas atrasadas, o sistema produtivo é instigado sobretudo pelo trabalho humano. Seu poder compulsório resulta em dependência neocolonial, e suas transformações configuram uma forma de servir com eficácia seus espoliadores, visando um simbolismo onde cada componente tem um papel prescrito no sistema global.

O início do processo de industrialização é conflitivo e dissociativo, internamente agravando ainda mais os efeitos nocivos da reordenação capitalista, que se aprofundava na diferença social, destruindo os antigos sistemas operacionais de base agrário-artesanal, promovendo ascenso demográfico sem a capacidade nas fábricas de absorver a mão-de-obra contingente produzida, provocando uma intensificação do êxodo rural-urbano, acumulando enormes massas marginalizadas nas cidades. Com o intuito de se livrarem dos excedentes populacionais, ações migratórias induzidas pelo governo são intensificadas.

As primeiras nações que amadurecem como formações socioculturais imperialistas industriais são Inglaterra e França, logo a seguir Estados Unidos, industrializa-se contando com descomedida disponibilidade de terras virgens, e recursos naturais, agregando à força de trabalho toda a sua população, além de contingentes europeus imensos.

A constante evolução da produtividade do trabalho e o desgaste da população excedente resulta, em certo momento, na elevação substancial do padrão de vida das nações industrializadas precocemente, formando regimes democráticos, o surgimento dos órgãos do poder político com considerável participação do povo, e os vários níveis de escolarização de toda a população; os níveis de saúde melhoram significativamente, com ideais de liberdade igualdade e justiça social para todos.

Externamente, o processo de industrialização oportuniza uma exclusiva e reflexa modernização, impondo condições de extrema escassez aos povos já submetidos ao estatuto colonial, que se converteram em áreas neocoloniais das grandes potências. Neste novo sistema produtivo suas populações são divididas em: classes dominantes, na posição de gerenciar interesses externos, e a massa da população como “proletariado externo” a fim de elaborar matérias-primas para a produção industrial, como algodão, petróleo, minérios e outras mais, fabricadas por trabalhadores que também são consumidores.

A implantação imperialista se constitui em três etapas: na primeira opera pela exportação de manufaturas e no crescimento de fontes privadas de matérias-primas ou apropriação de mercados cativos, mediante práticas neocoloniais; na segunda focando na exportação de equipamento para infraestrutura produtiva de nações desatualizadas e empréstimos a governos, intensificando a exploração de nações dependentes, que passam a pagar pelo material investido para sua eficácia como provedora de matérias-primas, na construção de sistemas modernos de comunicação, ferrovias e máquinas especializadas para atividades de produção; a terceira etapa se dá pela implantação de subsidiárias das grandes corporações monopolistas nos países dependentes, como mecanismo de exploração de riquezas, e responsável por produzir para o mercado interno, sugando as riquezas das nações pobres para enriquecer ainda mais os afortunados.

O início da revolução industrial ocorreu em países onde as classes dirigentes eram predominantemente burguesas, em suma, o empresariado. Durante seu texto, o autor faz fortes críticas no que diz respeito a atitudes oportunas dessa classe dominante com o fito de acumular riquezas e se apropriar de bens. Nesse sentido, essa revolução vai se iniciar nos países que “necessitavam de uma renovação estrutural” como a Inglaterra, que no início do século XVIII, já estava em ritmo de acumulação de aplicações tecnológicas.

Como se prevê, o impacto da revolução industrial se imprime diferencialmente, conforme exerça direta ou reflexamente sobre os povos. No primeiro caso, configura-se sociedades modernas; no segundo, o contexto das nações subdesenvolvidas (p. 157).

Logo, a condição de subdesenvolvimento não é um simples atraso no progresso civilizatório, mas o resultado da expropriação e submissão aos centros industriais. Diante disso, surge o contexto da degradação cultural, isso porque algumas sociedades não conseguem progredir e se desprender das amarras

coloniais por não se encontrarem capacitadas para explorar suas próprias potencialidades o que as torna subdesenvolvidas. Sob tal ótica, há uma polarização entre povos poderosos e subdesenvolvidos sendo que, no contexto dos povos subdesenvolvidos, surge a necessidade de lutas por emancipação bem como conflitos por uma reordenação estrutural.

Expansão Socialista

A Revolução industrial trouxe, portanto, uma nova concepção de mundo engendrada pela relação de poder e pela busca incansável pelo lucro. Muitas nações foram subjugadas a esses interesses, mas houve as que conseguiram, ainda que por meio de guerras, manter-se fora desse circuito, gerando a chamada expansão socialista, que não resultou do amadurecimento do sistema capitalista como o próprio autor relata, mas de tensões externas e internas dentre elas as que envolvem a classe trabalhadora e o patronato. Confronto que gerou um processo de reestruturação social denominado Socialismo Evolutivo, que atribui ao Estado responsabilidades sociais, visando manter a ordem social e as máquinas de lucro funcionando, deixando assim de se ter uma visão limitada apenas aos interesses privatistas. Segundo o autor, para além dos fatores políticos- institucionais, buscava-se também uma renovação estrutural dirigindo o principal contingente da força de trabalho da agricultura não mais para as indústrias, mas para os serviços assistenciais, educacionais, de comércio entre outros.

Conforme explicita o autor as formações capitalistas mercantis e industriais assumiram diversas formas e o socialismo é a evolução pós-capitalista, definido como socialismo revolucionário por conter em sua liturgia a doutrina marxista, onde se traz que a “classe operária está destinada historicamente a atuar como força motriz de uma revolução social” (p. 167) que estará sempre contrapondo as formas de alienação. O Socialismo Revolucionário apela para a “ditadura do proletariado” como um instrumento de mobilização para acelerar a socialização de todos os meios de produção. Tem o ideal de criar uma nova economia industrial sem a opressão capitalista, a desigualdade social, a oposição entre a cidade e o campo, sem a superposição do trabalho intelectual sobre o físico, tão comum no processo de exploração.

O autor traz como exemplo a Rússia, que pela primeira vez na história conseguiu impor uma reordenação através da racionalidade em uma sociedade em todas as camadas da população. Faz isso com a construção de uma nova estrutura de poder, erradicando a antiga classe dominante, o governo tem pleno controle do processo de industrialização e usa a força policial e militar para controle e defesa do sistema. Entretanto, o autor irá identificar que os resultados contrariam a perspectiva ideológica, visto que persiste a estratificação de classes, persiste a diferença de vida das pessoas da cidade em relação às do campo, sendo que esses últimos continuam recebendo menos, privilegia a intelectualidade, os burocratas, a classe política e cultural, fortalece o estatismo, continua gerando despotismo burocrático e partidário.

Referência

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**. Editora Vozes – Círculo do Livro, São Paulo, 1978.

Recebido em 23 de abril de 2021.

Aceito em 20 de agosto de 2021.